

Mais pluralismo: considerações sobre a relevância do Movimento Por uma Economia Pós-Autista

Maísa Goulart (UFABC)¹
Daniel de Santana Vasconcelos (UFSC)²
Ramón García Fernandez (UFABC)³

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar a proposta do Movimento Por uma Economia Pós-Autista, a partir de sua situação no atual momento na evolução do pensamento econômico e do debate que está provocando sobre pluralismo na metodologia da ciência econômica. O trabalho tem o intuito de discutir o caráter científico da Economia com atenção voltada para o Movimento por uma Economia Pós Autista, de forma que realiza uma análise contextualizada do Movimento por uma Economia Pós Autista, em particular após a crise enfrentada pela ciência econômica no após-Crise Financeira de 2008, avaliando seus possíveis impactos para o ensino de economia num ambiente que demanda maior pluralismo e liberdade metodológica nas abordagens dessa ciência.

Palavras-Chave: Ciências Sociais Aplicadas; Metodologia da Ciência Econômica; Movimento por uma Economia Pós-Autista.

Abstract

The purpose of this study is to identify and analyze the proposal of the Movement for a Post-Autistic Economics, from its situation at the present moment in the evolution of economic thought and debate that is taunting on the methodology of economics. The study aims to discuss the scientific character of Economy with attention focused on the Movement for a contextual analysis of the Movement for a Post Economy Autistic, particularly after the crisis faced by economic science in the Financial Post-Crisis 2008, evaluating its possible impacts on the economics of education in an environment that demands greater pluralism and methodological freedom in the approaches that science.

Keywords: Applied Social Sciences; Methodology of Economic Science; Movement for a post-autistic economics.

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

² Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ Professor do programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC.

1. Introdução

Uma onda crítica de discussão com relação ao estado da ciência econômica e ao ensino de economia tem sido recorrente em todo o mundo, particularmente após a crise financeira de 2008, que atingiu muitos dos pressupostos sobre os quais havia se erigido a ideia de um *mainstream* econômico semelhante a uma *hard science* formal. A discussão, no entanto, não é tão nova quanto parece à primeira vista. A insatisfação com um certo padrão de homogeneização da forma de fazer e ensinar economia, isto é, a tendência à adoção do *mainstream* econômico de forma acrítica e instrumental, vem sendo questionada há mais tempo do que parece. O advento da crise, em 2008, deu novo fôlego a esses movimentos questionadores.

Nesse contexto, o chamado “Manifesto por uma Economia Pós-Autista” (MPEPA, doravante), lançado em 2000, por estudantes franceses, vinha ganhando desde antes da crise os contornos de um movimento amplo de contestação do domínio do *mainstream* no ensino de economia. Esse movimento soma-se a posturas críticas defendidas por autores como Fullbrook (2003), Lawson (2003) e McCloskey (2001), que advogam, desde antes dos eventos de 2008, a necessidade de reformular os currículos dos cursos de economia, em busca do reestabelecimento da conexão ente a teoria e a realidade.

A primeira reação ao deparar-se com o termo “Economia Pós-Autista” é o estranhamento, dada a falta de relação entre autismo e economia. Todavia, não resulta difícil entender qual era a crítica que tinham em mente os autores do manifesto. Um trecho da carta que impulsionou este movimento no início de 2000 dizia: “We no longer want to have this autistic Science imposed on us!”⁴ Neste sentido, com base no histórico do site oficial do movimento, PAECON, a mesma petição explicitava “a real schizophrenia created by making modelling ‘an end in itself’ and thereby cutting economics off from reality and forcing it into a state of ‘autism’.”⁵ A explicação dos estudantes envolvidos no manifesto resume o sentimento daquele momento, denunciando os praticantes do *mainstream* econômico, e particularmente aqueles que o ensinam nos cursos de graduação e pós-graduação em economia, fechavam-se num mundo de abstrações teóricas pouco aderentes à realidade, autorreferenciado e pouco aberto a críticas. Nesse sentido, pode-se dizer que o comportamento *mainstream* seria *autista*.

⁴ Encontrado em <<http://www.paecon.net/PAERReview/wholeissues/issue2.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

⁵ Encontrado em <<http://www.paecon.net/PAERReview/wholeissues/issue1.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

Vale mencionar que o nome oficial do movimento originalmente foi “Movimento Estudantil para a Reforma do Ensino de Economia”. O nome finalmente propagado acabou sendo, porém, “Movimento por uma Economia Pós-Autista”.

2. O Manifesto por uma Economia Pós-Autista

Os pontos elencados pelos estudantes de economia como necessários para que seja possível livrar-se de uma vez por todas do caráter autista que ronda, segundo eles, à ciência econômica, estavam centrados, na primeira versão do manifesto (junho de 2000) em quatro pilares:

- i. O desejo de escapar dos mundos imaginários;
- ii. O uso descontrolado da matemática;
- iii. A defesa do pluralismo das abordagens em economia;
- iv. Chamado ao corpo docente para que atentem aos fatos elencados.⁶

Em um momento posterior, professores – e não mais somente estudantes – também expressaram seu descontentamento com o que acontecia no ensino e pesquisa de economia naquele mesmo contexto, qual seja: a expansão do *mainstream* econômico baseado no modelo de equilíbrio geral walrasiano, na hipótese de expectativas racionais e dos mercados eficientes, e a marginalização de todos os programas de pesquisa não alinhados a esse núcleo duro do *mainstream*. Professores de universidades francesas, então, redigiram uma manifestação de apoio aos estudantes franceses. Esse documento abordou cinco pontos:

- i. A acusação de exclusão de teorias que não sejam neoclássicas;
- ii. O descompasso entre o ensino de economia e a aderência da teoria aos fatos e dados da realidade econômica;
- iii. O uso de matemática como um fim de si mesma, e não como uma ferramenta para a pesquisa teórica;
- iv. Métodos de ensino que excluem ou proíbem o pensamento crítico;
- v. A necessidade de pluralidade de abordagens adaptadas à complexidade dos objetos analisados.⁷

É perceptível que ambos os movimentos acima descritos tinham um foco comum e que as solicitações dos estudantes aproximam-se da insatisfação colocada pelos professores de

⁶ A carta original está disponível aqui: <<http://www.paecon.net/PAEtexts/a-e-petition.htm>>.

⁷ Este documento pode ser acessado aqui: <<http://www.paecon.net/PAEtexts/Fr-t-petition.htm>>.

economia envolvidos. Há, claramente, similaridades na visão acerca da problemática central, propostas de formas ligeiramente diferentes.

Visando explorar a aproximação entre as colocações discentes e docentes, as próximas subseções deste trabalho têm como objetivo central identificar o caráter metodológico que envolve cada uma das proposições acima dispostas, correlacionando-as entre si e entre os argumentos provenientes da revisão bibliográfica.

2.1 - Mundos imaginários: ergodicidade e autismo na ciência econômica

O desejo de escapar dos chamados “mundos imaginários”, primeiro ponto abordado pelos estudantes, está relacionado ao segundo tópico elencado pelos professores: o descompasso entre o ensino de economia e a realidade econômica. A metodologia dominante no *mainstream* revela uma enorme lacuna entre aquilo que se ensina *ser* uma economia e as economias capitalistas modernas nas quais vivemos. O modelo que se ensina é o de uma economia construída a partir de hipóteses descritivamente insustentáveis, escolhidas por suas propriedades matemáticas muito específicas e desejáveis para o desenvolvimento do modelo, com vistas a facilitar a aplicação de instrumental matemático sofisticado capaz de demonstrar entre outras coisas, a existência e unicidade das situações de equilíbrio, ou a justiça na distribuição de renda. Existe o desconforto óbvio de ter que admitir que esse *modelo teórico* não possui aderência com a economia real, razão para o escapismo mainstream do “as if” metodológico *a la* Friedman (1966). Isso provoca críticas, o que pode ser evidenciado no seguinte recorte, proveniente da carta aberta dos estudantes de economia: “Furthermore, this gap in the teaching, this disregard for concrete realities, poses an enormous problem for those who would like to render themselves useful to economic and social actors.”⁸

Essa crítica à desconexão entre teoria e prática, e entre o mundo abstrato e o mundo real, remonta, entre outras, à crítica ao *mainstream* realizada pela escola pós-keynesiana tendo como base o axioma de ergodicidade (que nunca é explicitamente assumido pela ortodoxia) e a questão do desenvolvimento de modelos abstratos em Economia.

Davidson (2012, p. 02) conceitua assim o axioma da ergodicidade:

This ergodic axiom assumes the economic future is already predetermined. The economy is governed by an existing ergodic stochastic process. One merely has to calculate probability distributions regarding future prices and output to draw significant and reliable statistical inferences [information] about the future.

⁸ Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAEtexts/a-e-petition.htm>>.

O ponto fundamental é que, sob essa perspectiva crítica, a hipótese de ergodicidade é base para a teoria neoclássica⁹. Tem-se então uma teoria que descreve um mundo imprevisível como se pudesse ser compreendido por um processo matemático mensurável e previsível – o que está por trás da noção de ergodicidade. Para o *mainstream*, é impossível fazer ciência em economia senão por essa perspectiva de mensurabilidade e completude abstrata. De fato, Lucas (1981, p. 276) explicita que “Progress in economic thinking means getting better and better abstract, analogue models, not better verbal observations about the real world”.

A utilização do axioma da ergodicidade enquanto objetivo dos teóricos relacionados à teoria neoclássica remete à tentativa de dar um caráter “verdadeiramente” científico para a economia, como evidenciado por Davidson (2012, p. 04): “Samuelson, Lucas and others adopted the ergotic axiom because they want economics to be in the same class as the ‘hard sciences’ such as physics or astronomy.” A ergodicidade permitiria um grau de formalização semelhante ao das denominadas “ciências duras”. Mas a aplicabilidade deste axioma da ergodicidade em economia é questionável, pois ele presume que o futuro da economia seja espelhado exclusivamente na replicabilidade probabilística dos eventos passados, com incerteza tão somente estocástica, isto é, cuja tendência de longo prazo é nula. Essa posição leva assim a desconsiderar quaisquer enfoques teóricos que tratem a incerteza numa perspectiva absoluta, característica fundamental nas visões de Keynes (1921) e Knight (1921).¹⁰

O axioma da ergodicidade é uma forma de se extrair a incerteza absoluta da teoria econômica. Apesar disso, não é um modelo único de pensar a ciência. Basta lembrar que a questão da incerteza constitui um debate que remonta aos escritos de Knight (1921), o primeiro a diferenciar o risco (que é probabilisticamente calculável) de incerteza, que não é passível de mensuração. Na ciência econômica *mainstream*, esse tipo de incerteza foi substituído pela incerteza no sentido de Von Neuman-Morgenstern, que é de natureza ergódica, mensurável. Nesse sentido, Davidson (1994, p. 90) evidencia que “Under the ergotic axiom, probability is knowledge, not uncertainty”. Na mesma linha de raciocínio, Andrade (2011, p. 192) argumenta que “a previsão de eventos futuros baseada em inferências a partir do comportamento passado de variáveis econômicas é imperfeita”.

⁹ Os termos *mainstream*, ortodoxo e neoclássico são usados neste trabalho em forma intercambiável, para nos referirmos à posição teórica dominante em economia. Estamos cientes de que esses termos podem ter implicações diferentes, conforme desenvolvido por Colander (2000) e Dequech (2007), entre outros, mas para os objetivos deste trabalho a sinonímia é aceitável, especialmente porque a crítica do movimento pós-autista se dirige ao conjunto da perspectiva que é denominada por esses três termos por diferentes pessoas em diversas circunstâncias.

¹⁰ Por isso, de acordo com Vasconcelos (2014, p. 100), dadas duas séries temporais, por exemplo, consideradas num processo ergódico, “as duas médias devem coincidir, para um intervalo infinito de realizações.” De forma simplificada, “pode-se dizer, grosso modo, que a ergodicidade deriva de uma integral convergente, calculável, portanto, implica previsibilidade da série.” (Vasconcelos, 2014, p. 100).

Em particular, o grande instrumental empírico de economia - por exemplo os modelos econométricos – está, acima de tudo, baseado em aproximações ergódicas da realidade, particularmente lastreadas em observações passadas de variáveis econômicas. Essas aproximações se baseiam em hipóteses estatísticas muito restritivas e, por conta disso, acabam se afastando do mundo real. Econometristas com senso crítico desenvolvido reconhecem os limites da aplicação de distribuições padronizadas a variáveis do mundo real e advertem para o fato de que não se pode fazer previsões para prazos muito alongados com base em modelos empíricos. Um bom exemplo dessa postura é dado num manual clássico, como o de Kmenta (1997), que explicitamente recomendava aos praticantes a não torturar os dados a fim de fazê-los confessar qualquer coisa que se queira. Este não é o único exemplo. A advertência, no entanto, não parece causar efeito maior sobre economistas teóricos, cujos modelos costumam ser tomados como boas aproximações da realidade, mesmo quando estudos empíricos não confirmam a proposição teórica.¹¹

Esse recorte reabre a discussão sobre o quanto essa postura traz irrealismo para a teoria econômica, comprometendo também, significativamente, a relação entre o que é ensinado/aprendido e o que acontece no mundo real. Mundos ergódicos, em se tratando de sociedades humanas, com toda a sua complexidade, transformam-se em anomalias teóricas, e dessa maneira a economia passa a trabalhar exclusivamente com mundos imaginários, como colocam os autores do MPEPA. A crítica a essa forma altamente rígida e abstrata de estudar o mundo real, por outro lado, consiste em defender que o mundo de fato é muito menos previsível do que a teoria *mainstream* supõe, e que consequentemente o passado não é um guia estatístico seguro para o futuro. Como acentua Davidson (1994, p. 89):

The future is not calculable, even if the decision maker is competent to perform the mathematical operations necessary to calculate probabilities of conditional events given information. This is uncertainty (or ignorance about the future consequences) in the sense of Keynes and the Post Keynesians.¹²

¹¹ Um exemplo bastante didático dessa situação é a forma como uma pesquisa empírica de fôlego (Danzinger, Van der Haag, Smolensky e Taussig, 1983), lastreada numa amostra de 9.494 famílias, revelou evidências contrárias à chamada *hipótese de consumo do ciclo de vida*, de Franco Modigliani, pesquisa essa que, até o limite de nossos conhecimentos, nunca foi refutada por outras evidências empíricas. Não obstante, nesse, como em outros casos, o *mainstream* ignora a evidência contrária e segue propondo modelos de consumo irrealistas como se descrevessem o comportamento real de consumo das pessoas.

¹² Vale ressaltar que os pós-keynesianos reivindicam fidelidade à postura de Keynes a respeito de incerteza. Para Keynes, o conceito de incerteza está intimamente relacionado à questão das expectativas – economias capitalistas são caracterizadas pelo fato de que empresas e trabalhadores realizam prognósticos sobre o futuro com base em expectativas não matematicamente calculadas, pois sobre o futuro não se pode obter um modelo determinístico. Como ressaltam Ferrari Filho e Araújo (2000, p. 02) “as tomadas de decisão dos agentes econômicos são realizadas a partir de convenções” lastreadas não em modelos matemáticos perfeitos, mas no estado da confiança com o qual essas expectativas sejam formadas, como argumentado em Keynes (1936, p. 148), foi pioneiro em definir o papel crucial do estado de confiança na formação de expectativas, e isso sem o recurso à formulação matemática:[...] it

Autores pós-keynesianos defendem que o axioma da ergodicidade ceda espaço para as questões relativas à postura *defensiva* dos agentes frente à incerteza absoluta, como em Keynes e Knight: “For Keynes, as well as for Soros, the belief that intelligent people know that they cannot know the future is an essential element in understanding the operation of our economic world.” (DAVIDSON, 2012, p. 05). Essa postura é mais condizente com a descrição de modelos unidos teóricos aderentes à realidade reclamada, por exemplo, pelos autores do MPEPA (e por outros críticos).

Como observação final, é preciso ressaltar que entendemos que é claramente razoável e admissível que os economistas se empenhem na construção de uma ciência econômica com rigor e objetividade, incluindo aí o uso de modelos formais e abstratos. A crítica é que modelos formais não deveriam transformar-se num fim em si mesmos na ciência econômica. É nesse sentido que o axioma da ergodicidade afasta a ciência econômica da realidade. Num mundo ergódico, eventos como crises financeiras estão descartados. Um sistema que tende ao equilíbrio não pode sofrer eventos imprevisíveis dessa natureza, e com o potencial destrutivo que essas crises revelam possuir. Ainda assim, elas ocorrem, desafiando a lógica *mainstream*.¹³

O principal problema, e é a partir deste ponto que deriva a crítica do Movimento, é que essa perspectiva, por ser dominante na academia, aceita como válidos somente resultados alinhados a tal programa de pesquisa. Em particular, reforça o comportamento dito *autista*, já que economistas (estudantes em formação, pesquisadores, professores universitários) passam a olhar para qualquer paradigma diferente desse como sendo *menos científico* e, portanto, descartável. Essa exatidão abstrata, baseada num axioma que impõe a rigidez de previsibilidade a um mundo imprevisível, tornou a ciência econômica viciada em abstração e formalização, vistas como condição *sine qua non* do método científico do paradigma *mainstream*.¹⁴

would be foolish, in forming our expectations, to attach great weight to matters which are very uncertain. (...) The state of long-term expectation, upon which our decisions are based, does not solely depend, therefore, on the most probable forecast we can make. It also depends on the confidence with which we make this forecast.

¹³ Davidson (2012, p. 08) destaca esse ponto: “A theory is the way humans describe real world observations on the basis of a model that starts with a few axioms. (...) Theories are not ever conclusively established and can be replaced when events are observed that are deviations from the current existing theory. Thus, the financial crises of 2007-2009 should have been sufficient empirical evidence to indicate that the axiomatic basis of the mainstream theory needs to be replaced.”

¹⁴ Como observa Davidson, criticando a hipótese de expectativas racionais, de Robert Lucas: “Lucas insists that it is no longer acceptable to develop models where expectations are not based on a probability analysis of market time-series realizations. In other words, Lucas insists that any analysis involving an uncertainty (nonergotic) environment is, in his view, unacceptable.” (ibid, p. 89)

Essa postura implica, em última instância, em certo *dogmatismo*. A postura de se construir um mundo econômico abstrato só para que se obtenha uma situação de equilíbrio único e estável tornou-se o dogma central da teoria econômica *mainstream*, não obstante jamais ser assim reconhecido. O equilíbrio assim obtido é tomado como modelo ideal, plano de fundo contra o qual comparar as realizações observáveis no mundo real. Mas a incapacidade da teoria de descrever o próprio mundo real não é questionada – eis aí a natureza do dogma. É a esse dogmatismo que o descontentamento do MPEPA se dirige ao criticar a criação de mundos imaginários (abstratos) em economia. Essa crítica também foi expressa pelos professores que escreveram em apoio aos estudantes franceses, ao evidenciar em sua carta um posicionamento descontente com a exclusão de teorias que não são neoclássicas do ambiente de ensino e pesquisa em economia; desse modo, teorias que tenham outras matrizes teóricas que busquem explicar fenômenos econômicos sem o recurso à abstração matemática rigorosa necessária para se obter um mundo em equilíbrio estável, único e perfeitamente previsível serão vistas como pouco científicas.

2.2 – O cântico hipnótico das sereias: matematização e subserviência em economia

A crítica ao uso descontrolado da matemática, segundo ponto abordado do MPEPA, está igualmente relacionada ao terceiro tópico elencado no manifesto dos professores. A crítica não é, nem poderia ser, ao uso da matemática como um instrumento para a teorização econômica, mas, sim, ao uso de matemática *como um fim em si mesma*. Desde que a revolução marginalista trouxe maior uso de formalismo matemático para a economia, houve uma crescente utilização do instrumental matemático, primeiramente da aritmética e da álgebra (incluindo depois a linear), passando pelo cálculo diferencial e integral, e chegando finalmente às aplicações de análise real, topologia, espaços métricos e teoria da medida e integração, para ficar nos principais conhecimentos matemáticos utilizados na modelagem econômica. No entanto, a aparente beleza dessa formalização matemática, na forma de uma linguagem universalizada e sem ambiguidades, com vantagens para a transmissão de conhecimentos científicos que parecem óbvias, transformou-se num drama para o fazer ciência econômica. A matemática seduziu os economistas assim como as sereias seduziam os marinheiros na Odisséia.

É precisa enfatizar o ponto mais grave desse desvio: o uso da matemática em economia muitas vezes tornou-se teleológico, e isso limita os desenvolvimentos da ciência por duas razões, pelo menos. Primeiramente, ao ser a formalização um fim em si mesma, quaisquer

explicações teóricas não matematizadas passam a ser preteridas, em particular nas publicações técnicas mais difundidas, por modelos que sejam solidamente fundamentados em instrumental matemático, mesmo que em detrimento da realidade; o uso de matemática avançada tornou-se uma espécie de “selo de qualidade” para o fazer ciência econômica. Segundo, porque para que possa reduzir um sistema social complexo (cujo comportamento costuma ser não-linear e passível de apresentar tendências explosivas, sem gravitação em torno de equilíbrios únicos) a um sistema estável e com equilíbrios únicos (sem a qual as condições de otimalidade não se verificariam), não se utiliza a matemática como um caminho que leve a modelagem até onde se puder chegar com ela, mas como uma trilha pré-definida que leve a modelagem exatamente para o ponto de chegada que se desejava desde o princípio.¹⁵ Esses aspectos não passaram despercebidos aos representantes do MPEPA, e, em particular, aos docentes que saíram em apoio ao movimento. Esses professores, especialmente, denunciaram essa condição de subserviência do fazer economia à opressão da matematização excessiva:

With the students, we denounce the naive and abusive conflation that is often made between scientificity and the use of mathematics. The debate on the scientific status of economics can not be limited to the question of using mathematics or not.¹⁶

O que os professores denunciam é exatamente a ilusão, ademais já bastante questionada no campo da epistemologia e da teoria do conhecimento, de que atualmente o grau de cientificidade que pode ser atribuído a uma ciência é condicionado pelo nível de sua formalização matemática. Na ciência econômica, em especial, a vaidade de pretender-se parecida com uma *hard science* criou o duvidoso critério de validação (da ortodoxia *mainstream*) de se considerar pouco (ou nada) científico os trabalhos que não sejam formalizados. Mais grave ainda, essa postura exclusivista redundou na patologia de se desprezar campos praticamente inteiros do saber econômico, como a história econômica, a economia política, a crítica metodológica da economia, e todas as escolas não ortodoxas, como sendo *não científicas*. O canto da sereia da matematização aprofundou o comportamento autista da economia de caráter ortodoxo.

¹⁵ Resulta daí um perigo inerente a esse princípio teleológico: não se deseja utilizar a matemática de forma livre, mas de forma restrita. Não *qualquer matemática*, mas somente *aquela matemática* que seja capaz de levar a teorização até onde se deseja que ela chegue. Não é um caminho aberto para novas descobertas, como na Física, mas um caminho conhecido que dá voltas e voltas, mas sempre chega a um final conhecido. Se não chegar lá, é descartado. Isso implica num viés de seleção muito claro, mas consistentemente ignorado – ou mesmo negado – pelo mainstream econômico.

¹⁶Disponível em : <<http://www.paecon.net/PAEtexts/Fr-t-petition.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

Torna-se fundamental discutir essa excessiva matematização ao fazer ciência econômica. O conceito de matematização foi definido por Luperi e Fernandez (2014, p. 02) da seguinte forma:

Por matematização nós entendemos, de modo amplo, o uso de qualquer instrumental matemático: equações, teoremas, o uso do cálculo diferencial, da topologia, etc. A simples presença de números, todavia, não caracteriza o processo de matematização: uma tabela com dados quantitativos, o cálculo de percentagens, o uso das quatro operações básicas, etc., certamente não caracteriza a matematização da economia no sentido que utilizamos neste ensaio.

A definição proposta por Luperi e Fernandez apresenta-se como relevante porque considera que a Ciência Econômica difere das outras Ciências Sociais enfatizando que a simples presença de números em uma análise não caracteriza – e nem poderia caracterizar – uma ciência matematizada. De acordo com esses autores, se esse critério de delimitação não fosse considerado “praticamente todas as ciências estariam matematizadas, e o que nós queremos apontar é algo que diferencia a economia [no seu estilo típico contemporâneo, n.d.a.] das outras ciências sociais ou da história.” (Idem, p. 2)

É a partir da ideia de que a formalização representa um grau mais elevado de cientificidade, que os economistas adeptos do *mainstream* entendem que a utilização das técnicas matemáticas nesta ciência apresenta-se como uma tendência natural para a criação de uma ciência mais rigorosa. Essa é a postura demoninante desde os escritos de Jevons, mas permanece e ganhou força em autores como Samuelson, no sucesso da reformulação do modelo de equilíbrio geral walrasiano feita por Arrow e Debreu, e no encanto que tais resultados exerceram mais tarde nos nobelistas mais cultuados, como Friedman, Lucas e outros ardorosos defensores da ideia da economia como *hard Science*.¹⁷

De fato, desde o fim do século XIX é possível identificar autores participando do processo de transformação da economia em uma ciência mais formalizada, na tentativa de que pudesse ser vista e reconhecida como uma “*hard science*”, espelhada na Física. Conforme a proposição de Luperi (2012, p. 56) “por trás do processo de matematização reside a ideia de que só o pensamento traduzível na forma matemática é respeitável em economia.” Assim, é importante separar o que é meritório do que é patológico no uso da matemática em economia.

2.2.1 A matemática como uma ferramenta para Ciência Econômica

¹⁷ Samuelson foi um dos responsáveis pela elevação do conceito de comportamento ergódico do sistema econômico como uma condição necessária para o fazer ciência econômica (Samuelson, 1969). Lucas, em especial, escreveu que “Progress in economic thinking means getting better and better abstract, analogue models, not better verbal observations about the real world.” (Lucas, 1981, p. 276). Não deixa de ser irônico que ele faça menção ao “mundo real” nessa proposição metodológica que faz a apologia da abstração matemática.

A tendência descrita acima, iniciada no século XIX, ganhou força ao longo do século XX, em particular sua primeira metade, quando houve uma crítica ao caráter pouco axiomático da matemática utilizada em economia, conduzida por Von Neumann e Morgenstern. A partir dessa crítica o uso de matemática ganhou novo impulso, até que fossem reconstruídos os alicerces do modelo de equilíbrio geral walrasiano em bases axiomáticas, a partir do final dos anos 1940. Os principais expoentes dessa nova fase foram Samuelson, Arrow e Debreu, todos basicamente inspirados na crítica de Von Neumann e Morgenstern. De acordo com Ingrao e Israel (1990, p. 185-186) Von Neumann é “o cientista ideal para personificar o novo paradigma matemático” em economia. Estes economistas assumiram a responsabilidade de matematizar os assuntos de maior relevância que estavam sendo desenvolvidos nos mais de 150 anos que antecederam aquele momento.¹⁸

Samuelson (1947) argumentou em favor da utilização da matemática dentro da ciência econômica ao defender que é por meio da formalização matemática que torna-se possível dispor todas as partes da teoria de modo claro, deixando todos os pontos explícitos, para transmissão desta teoria de um economista para outro qualquer. Isto equivale a dizer que a matemática representa o mais elevado grau de objetividade dentro da ciência econômica. Como observa Luperi (2012, p. 71) “frequentemente é dito pelos economistas matemáticos que uma das maiores vantagens do processo de matematização da economia é conferir maior clareza, precisão e concisão na expressão matemática”. Luperi (2015) argumenta que para muitos economistas a formalização matemática se firma como a mais poderosa forma de expressão para a análise teórica em economia. Em particular, “para os defensores da formalização na economia, um sistema axiomático pode ser um instrumento de descoberta e testes, permitindo sua utilização em praticamente todo assunto ou situação.” (Luperi, 2012, p. 57)

Esse segundo momento de mudança do discurso econômico na direção de maior rigor formal matemático foi mais relevante que o primeiro, em termos qualitativos e quantitativos, pelo advento de um novo tratamento matemático para uma reformulação mais rigorosa da prova da existência e unicidade do equilíbrio geral (Luperi, 2012). Esses instrumentos só ficaram disponíveis após a ocorrência da “revolução” na física matemática em começos do século XX. Uma nova noção de rigor das provas matemáticas estaria ligada à crise da Física matemática,

¹⁸ Segundo Mirowski (1991) existiram dois momentos de ruptura no discurso econômico. O primeiro ocorreu a partir de 1870 e se estendeu por duas ou três décadas, com a chamada ‘Revolução Marginalista’. Este processo estava enfrentando dificuldades quando foi revitalizado por uma segunda onda, ocorrida especialmente entre 1925 e 1936.

datada do início do século XX, como dito por Weintraub (2002). Antes dessa crise, a noção de rigor era vinculada à aderência dos modelos matemáticos à realidade. Todavia, esse rigor passou paulatinamente a ser identificado com a existência de consistência lógica nos modelos. Tal postura deriva diretamente da crítica de Von Neumann e Morgenstern à fraca fundamentação matemática dos modelos econômicos de fins do século XIX. Assim, essa nova maneira de compreender o rigor matemático entrou com bastante força na axiomatização da prova do modelo de equilíbrio geral walrasiano, reformulado por Arrow e Debreu nos anos 1950, transformando-se num paradigma dentro do programa de pesquisa *mainstream* em economia. O uso da matemática saiu da cozinha, ocupou e assenhoriou-se da sala de estar da ciência econômica.

2.2.2 - Os problemas da matematização da Ciência Econômica

A crítica à excessiva matematização da ciência econômica vem, obviamente, não de dentro do *mainstream*, mas das correntes heterodoxas. Essas escolas refletem uma preocupação ampla com o uso desenfreado da matemática em economia e com alto grau de subserviência da última à primeira. Beed e Kane (1991, p. 583) identificaram sete críticas à excessiva matematização na teoria econômica:

- i. Os axiomas da matemática não correspondem ao comportamento observável dos agentes do mundo real;
- ii. O número de hipóteses empiricamente testáveis geradas pela economia matemática é pequeno se comparado ao volume da análise econômica matemática;
- iii. Nem todos os fenômenos econômicos são naturalmente quantitativos, não se prestando diretamente à exposição matematizada;
- iv. A tradução da descrição dos processos econômicos de uma linguagem natural (tal como o inglês ou qualquer idioma) para o formalismo da matemática pode ser ingênua e ilegítima;
- v. Não há maneira objetiva de avaliar se uma formulação de economia mais matematizada é mais precisa do que uma congênere menos matematizada;
- vi. Não existe um melhor sistema de lógica matemática;
- vii. Por causa de todos os problemas acima a matemática é, muitas vezes, um enfeite desnecessário para a descoberta econômica sobre o mundo real (embora sirva para outros fins, em especial, para a aceitação pelos pares).

Esses autores refletem uma percepção que vai se tornando mais ampla, qual seja, de que o maior problema da utilização excessiva da matemática na ciência econômica é o descolamento da realidade, decorrente de dois aspectos principais. De um lado, por ocupar todo o espaço que poderia ser direcionado às análises diferenciadas, conjunturais, políticas e históricas, para a compreensão dos fenômenos. Por outro, pelo fato de que a realidade é sacrificada em nome do rigor formal, dirigido por uma abordagem que busca de forma teleológica – como já foi dito anteriormente – argumentos (puramente matemáticos) para se adequar à sua teoria, independente de qual seja ela, o que significa dizer, em última instância, que impõe que a realidade se adeque à teoria e não que a teoria represente a realidade.

O segundo tópico, por sua vez, compreende a maior parte das críticas levantadas por Beed e Kane (1991), além, é claro, de estarem também explícitas no que é objeto central desta análise, a compilação de críticas dos estudantes do MPEPA, reafirmadas por seus docentes em 2000. A crítica da excessiva matematização da economia, para uma parcela significativa dos economistas, ou mais especificamente, para o *mainstream*, é um debate já ultrapassado. A validação da economia como ciência, para esse grupo, não pode prescindir do formalismo matematizado, mesmo que em detrimento de maior aderência à realidade. Na posição do presente trabalho, porém, entende-se aqui tratar-se de uma crítica séria e severa, bastante atual e pertinente, dado que tal falta de questionamento tem isolado o *fazer* ciência econômica do *mainstream* num mundo de abstrações (“mundos imaginários”) de pouca relevância prática: acrescenta pouco ao conhecimento de como a economia funciona (em termos de ciência positiva, portanto) e resulta em recomendações irrealistas de política econômica (ou seja, em seu caráter normativo).

Sem levar em conta esses fatores, aqueles que defendem a utilização da matemática dessa forma acrítica recorrem a uma defesa (clássica, de tão recorrente) a medida que pontuam que não existe representação do mundo real sem algum grau de abstração. Representar um território num mapa não pode ser exato ao ponto de que o mapa seja o próprio território a ser mapeado. O argumento só pode ser considerado válido quando são dadas as devidas ressalvas. O mapa deve pelo menos apontar corretamente onde fica o “Norte”, e os principais acidentes geográficos do território, a fim de que, mesmo sendo uma simplificação, possa orientar o viajante por esse território. A reflexão que se faz necessária aqui consiste basicamente em traçar uma linha tênue capaz de postular qual é o nível de abstração que pode ser aceito, qual é o nível de distorção da realidade que ainda pode ser aceitável; como dito por Woo (1986. p. 14): “a questão real é se a distorção é ‘controlável’ ou não”. É importante que fique claro que não há uma aclamação por uma ciência econômica sem matemática, isto é, nada matematizada, nem

por parte dos estudantes que se envolveram no Manifesto inicial, nem pelos professores. A importância do uso de análises formais deve ser reconhecida. A crítica baseia-se na aplicação da matemática como um fim de si mesma e não mais como uma ferramenta complementar para a análise.

Um outro aspecto fundamental a ser destacado é que a impressão de cientificidade que a matematização acaba atribuindo à teoria econômica *mainstream* em certo sentido parece tentar esconder a natureza ideológica por trás da ortodoxia. Quando a matemática ultrapassa um nível de aplicação na prática da pesquisa teórica ou aplicada em Economia, acaba se tornando mera retórica, camuflando a realidade em números e gráficos. Os modelos propostos são produzidos buscando uma adaptação da realidade à teoria matematizada, e não o inverso. Esse é um ponto crucial para a insatisfação da geração de estudantes que levou ao Movimento.

De um modo geral, a maneira como a economia é ensinada, na forma de um exercício abstrato de aplicação de modelos matemáticos sem aderência real, e sem fundamentação em análises mais históricas ou que dialoguem com outras ciências sociais, não atende a expectativa de conexão do ensino, o aprendizado e a capacidade de atuar criticamente sobre a realidade factual. A teoria neoclássica raramente devolve aos fatos econômicos a que se propõe tratar a natureza complexa com que estes se revelam (salvo a complexidade de natureza puramente matemática): o rigor do tratamento matemático ou as dificuldades de lidar com a parte empírica tiram muito do espaço para a reflexão sobre a história dos fatos, os estudos sobre o comportamento dos agentes e a maneira como as instituições funcionam. Em especial, vale lembrar que uma economia axiomática por excelência não pode ter história – o conceito de tempo, nesses modelos, constitui-se numa abstração à parte¹⁹. Negar a história e os contornos sociais traz para uma ciência social como a economia um grande paradoxo ao perder muito de sua capacidade efetiva de ser um pensar social e sua aplicabilidade frente à sociedade.

O terceiro item central da exigência dos estudantes clama por uma Ciência Econômica capaz de ter uma interface direta com a realidade. Não faltaram exemplos para que os estudantes elencassem este ponto, mas em particular os fatos econômicos mais recentes, após a crise de 2008, como já falado anteriormente, dão uma força especialmente dramática a esses argumentos. Essa crise não foi antecipada por sequer um dentre os economistas de renome dentro do *mainstream*, tanto que, de modo abrupto, atingiu a sociedade como um todo. Como

¹⁹ Obviamente, um modelo pode ter uma variável que represente o tempo. O que queremos dizer é que tipicamente o tempo histórico se caracteriza pela incerteza. Tomando um exemplo simples, um modelo dinâmico pode dizer que, fazendo uma série de suposições e *ceteris paribus*, a economia dos países X e Y convergirá em sua renda per capita daqui a 40 anos. Todavia, esse exercício numérico é pouco útil dada nossa ignorância de como será o mundo daqui a 40 anos.

pôde ser possível que em um tempo tão “avançado” da teoria econômica (como costumava ser visto, pelo menos em termos teóricos e de ferramentas empíricas) algo como esta crise não pudesse ser percebido pelos estudiosos da área?²⁰ Deve haver algum problema, além dos estruturais trabalhados até aqui, com a teoria neoclássica, dita como *mainstream*. Para tanto, a próxima subseção tem como objetivo pensar uma forma plural de fazer economia.

3. As questões do *pluralismo* das abordagens em economia

O terceiro ponto da crítica dos estudantes refere-se ao pedido de que lhes seja apresentada uma ciência mais pluralista; essa reivindicação também está dentre as reivindicações dos docentes (“a necessidade de uma pluralidade de abordagens adaptadas à complexidade dos objetos analisados”) bem como no relatório confeccionado por Fitoussi, alguns meses depois, que defende “um verdadeiro pluralismo das teorias ensinadas”.²¹

Essa crítica está em sintonia com a observação de Edward Fullbrook, um dos líderes do movimento da World Economics Association, associação de economistas críticos do *mainstream* cujo impulso inicial pode ser localizado no MPEPA:

Neoclassical economics’ monopoly in the classroom and its prohibition on critical thinking means that it brainwashes successive generations of students into viewing economic reality exclusively through its concepts, which more often than not misrepresent or veil the world, especially today’s world. Nearly all of these neoclassical notions have a bearing on judgements about social, cultural and economic policy. Consequently, if society were to learn to think about economic matters outside the neoclassical conceptual system, it would almost certainly choose different policies. (Fullbrook, 2008, p.7)

A preocupação com o pluralismo remonta a tempos ainda mais antigos e que permanece em suspenso, em algumas horas mais presente e em outras sendo deixado em segundo plano, tal qual pontuado por Caldwell (1982). É difícil conceituar pluralismo em economia, mas em linhas gerais ele diz respeito à aceitação de que os fatos econômicos, por sua complexidade e

²⁰ Essa simples pergunta foi endereçada, por exemplo, pela Rainha Elisabeth II aos economistas britânicos, na tentativa de entender as perdas financeiras que ela própria tivera com a crise de 2008. A fim de fazer justiça aos fatos, é preciso observar que surgiram análises de economistas não perfeitamente alinhados ao *mainstream* ressaltando a existência de indícios de que algo grave estaria na linha do horizonte. Textos de Nouriel Roubini e de Robert Schiller, por exemplo, geralmente não técnicos, e sim veiculados na imprensa, chamavam a atenção para a aproximação de algum evento crítico desestabilizador. Além disso, economistas pós-keynesianos sempre aplicaram as ideias de Minsky a respeito da formação de crises financeiras. A crise não foi vista tão somente pelo *mainstream*. Esse ponto reforça um outro: o de que a formulação de um modelo teórico ergódico e de agentes que operam com expectativas racionais em mercados eficientes (por princípio) torna impossível a previsão de eventos desse tipo. A crise foi tratada pelo *mainstream* como um evento raro, um *cisne negro* numa distribuição de probabilidades: inesperado. De fato, como observa Haldane (2012), não haveria dados estatísticos suficientes para que um evento dessa magnitude pudesse ser previsto: seriam necessárias séries históricas financeiras da ordem de 250 anos de observações (ou mais de 3 mil meses de dados) para que uma crise como as de 2008 ou de 1929 pudesse entrar no radar de uma função de distribuição de probabilidade.

²¹ Disponível em: <http://www.paecon.net/PAEReview/wholeissues/issue1.htm> Acesso em: 24 ago. 2015.

interligação com fatores históricos, políticos, sociais, institucionais e ideológicos (e isso para não falar em questões comportamentais/psicológicas ou mesmo culturais e antropológicas dos agentes econômicos) podem ser tratados sob diferentes perspectivas analíticas, ganhando em variedade e profundidade de compreensão. Bianchi (1992, p. 139) expôs uma definição para conceituação do termo:

De um modo geral, a ideia de pluralismo, [...], assenta-se na concepção da validade moral da autonomia e multiplicidade dos grupos sociais, ou seja, nos méritos de uma sociedade dinâmica e diversificada. Quando se fala em pluralismo, entende-se uma doutrina que é, por sua própria natureza, avessa ao totalitarismo e ao dogmatismo dos modelos únicos.

Ou, mas sucintamente, pluralismo pode ser entendido simplesmente como a avaliação de que a existência de diferentes visões, ou seja, a existência de pluralidade, é algo positivo (Fernández, 2011). Em termos históricos as discussões referentes ao pluralismo remontam aos escritos clássicos da Economia e da metodologia econômica. Entende-se que não apenas as questões metodológicas remontam aos primórdios da economia clássica. Os primeiros economistas expressaram uma tradição teórica mais abrangente. Em particular, encontram-se elementos pluralistas nas ideias de Mill (1843) – provenientes de seu Sistema de Lógica – e nos escritos de John Neville Keynes (1891). Tais ideias refletem o que se pode denominar de *proto-pluralismo* (Borba, 2013, p. 32). Neville Keynes, pai de John Maynard Keynes, é um dos autores clássicos no debate sobre a metodologia econômica, em especial no que se refere à publicação de sua obra de maior impacto para esta área.

O contexto da ideia inicial do aqui chamado *proto-pluralismo*, identificado no trabalho “*Scope and Method of Political Economy*”, de J. N. Keynes (Ibid, supra), está relacionado à disputa por espaço que ocorria naquele tempo, entre a escola clássica e a escola histórica inglesas, em acordo com Bianchi (1992, p. 136):

De um lado, coloca a economia clássica inglesa, na tradição de Smith-Ricardo-Mill-Senior-Cairnes-Bagehot, que encontraria em 1890, nos *Principles* de Marshall, um tratado antológico. O método preconizado pelos ingleses definia-se como positivo, abstrato e dedutivo, ou seja, a construção teórica assentava-se em princípios a priori. (...) De outro lado, colocava-se a escola histórica alemã, crítica e contestatória em relação ao domínio inglês, a que N. Keynes se refere as vezes como “escola nova”. Seus adeptos propunham um método fortemente assentado no raciocínio indutivo, bastante influenciado pela história e com enfoque interdisciplinar.

É evidente que esta disputa – simultânea àquela, mais conhecida, entre os historicistas alemães e a escola austríaca, a qual no meio acadêmico é denominada *Methodenstreit*²² -

²² De origem alemã, pode ser traduzida como batalha dos métodos.

associa-se a um debate ainda mais antigo e ainda sem conclusão, da questão da dedução *versus* o indutivismo em ciências. Independente disso, N. Keynes analisou os acontecimentos de seu tempo e notou que “Se a pura indução é inadequada, a pura dedução é igualmente inadequada. O erro de colocar esses métodos em oposição mútua, como se o emprego de qualquer um deles excluísse o emprego do outro, é infelizmente muito comum.” (Keynes, 1917, p. 172). Percebe-se aqui uma inclinação ao que atualmente trata-se como pluralismo: a percepção de que dois (ou mais) métodos não são, necessariamente, mutuamente excludentes e que, por conta disso, podem ser utilizados de formas concomitantes, de modo a trazer benefícios à ciência econômica, como dito por Bianchi (1992, p. 138): “Cada um deles tem seus méritos e suas limitações, e a habilidade do cientista é revelada precisamente na sabedoria com que combina os méritos e se precavê contra as limitações.” Na mesma direção, Fernandez (2011, p. 149) afirma que:

Nessa perspectiva, as escolas (ou programas de pesquisa) são vistas como diferentes espécies que concorrem entre si, mas cada uma das quais tem um nicho ecológico diferente. E assim não há uma espécie que seja melhor para todos os ecossistemas, as diversas escolas podem favorecer boas respostas e insights para problemas muito diferentes.

Em outros termos, a defesa de N. Keynes expõe a falácia do método exclusivo, e desnuda o atraso do monismo metodológico para o desenvolvimento da ciência econômica.

A proposta preliminar – *proto-pluralismo* - antecedeu uma refinação realizada por Caldwell (1982), em sua publicação “*Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*”, sugerindo o que é conhecido como “pluralismo crítico”, proposição que recupera as ideias do racionalismo crítico preconizado por Popper, com o objetivo de esquivar-se da eventual anarquia que poderia ser decorrente do pluralismo, antes dito como metodológico. Para tanto, de acordo com Caldwell (1990, p. 104): “It is not a full-fledged position, but neither is it so vague that it cannot be articulated”. De modo resumido, a preocupação de Caldwell centrava-se em estipular parâmetros para que o pluralismo não fosse confundido com o anarquismo metodológico, ou, de modo similar, que não pudesse ser mal compreendido e/ou entendido como uma ideia que dá espaço para propostas que não necessitem respeitar nenhuma regra, com uma ausência absoluta de critérios capazes de separar o joio do trigo, a boa ciência da ciência ruim. Cavalieri (2009, p. 09) ressaltou que: “o pluralismo crítico não pretende ser uma filosofia da ciência. O pluralismo crítico é, antes de tudo, uma posição de economista.” Cavalieri (2008, p. 05) compilou os critérios estabelecidos por Caldwell com o

objetivo de prover uma orientação acerca do que seria assim aceitável/desejável no fazer ciência econômica:

(1) A busca de um critério universal de apreciação e escolha de teorias é desaconselhada; (2) Ênfase no trabalho crítico: a tarefa do metodólogo é mostrar os pontos fortes e os fracos de um determinado programa de pesquisa; (3) Ao fazer a reconstrução racional de um programa de pesquisa, o metodólogo deve preocupar-se em mostrá-lo na sua forma mais forte; (4) Na formulação de críticas a um determinado programa de pesquisa, devem ser levados em conta os problemas para os quais o programa procura respostas. Um programa pode ser considerado adequado para alguns problemas e não para outros.

Assim, entende-se que Caldwell elencou pontos para evitar uma desorientação acerca das regras e que, em linhas gerais, preocupou-se com a imprescindibilidade de dar espaço ao “novo”²³ dentro da Economia, o desejo de que existam críticas livres de dogmas e, conforme a sugestão de Bianchi (1992, p. 140), “diminuir a incomensurabilidade entre teorias e promover o diálogo entre diferentes programas de pesquisa.” Em outras palavras, a ideia de dar espaço à novidade dentro da Economia está ligada à atenção que não é comumente dispendida às teorias novas com metodologias alternativas e possivelmente antagônicas.²⁴

Caldwell acredita, em defesa do pluralismo crítico, que a coexistência de teorias e métodos diferentes é benéfica para o desenvolvimento da ciência. Em consonância, o desejo de que existam críticas não dogmáticas é condição *sine qua non* para a proliferação de novas teorias. Bianchi (1992, p. 140) observou que “ele privilegia a crítica interna como a mais efetiva, preferindo-a a crítica externa. A primeira é considerada cabível e oportuna em todos os momentos da ciência, posto que o dogmatismo é uma atitude anticientífica por excelência”. Desse modo, o diálogo entre economistas de programas de pesquisa científica distintos seria incentivado, o que traria grande contribuição ao desenvolvimento da ciência. Ainda, no que se refere à incomensurabilidade de teorias,²⁵ conforme ressaltado nos trabalhos de T. Kuhn,

²³ Deve-se enfatizar, porém, que há ideias heterodoxas não necessariamente novas que o *Mainstream* ignora até hoje (eficiência-X, por exemplo), bem como outras que ignorou durante muitos anos. A descoberta, nos anos 80 da importância dos conceitos de instituições e rendimentos crescentes feitas pela ortodoxia, por exemplo, ocorreu décadas depois de que diversas correntes heterodoxas destacaram sua importância.

²⁴ Conforme continua argumentando Cavalieri, com base em Caldwell: “(...) a crítica interna deve ser privilegiada. Ela permite uma conversação mais focada entre os possíveis debatedores. Mais ainda, a crítica interna apresenta a vantagem de que, se bem-sucedida, possivelmente, provocaria maior reflexão por parte dos proponentes de um programa, [...]; (5) O pluralismo deve valorizar a novidade. Aos programas nascentes deve ser dado um período de desenvolvimento, no qual ele não é severamente criticado. O processo de crítica deve ser levado a cabo quando o programa está suficientemente estabelecido.” (Cavalieri, 2008, p. 5).

²⁵ Este conceito foi tratado por Tossato (2012, p. 493) “incomensurabilidade pode significar, no limite, a impossibilidade radical de decisão sobre qual teoria é a mais adequada para um determinado ramo científico, pois a incomensurabilidade em suas diversas formas implica que não há possibilidade de escolha entre teorias. Assim, teorias distintas pertencem ou a mundos diferentes ou são expressas em termos intraduzíveis de uma teoria para outra teoria distinta, ou ambas as coisas.”

considera-se que (tomando como algo dado a promoção da novidade e o diálogo entre programas diferentes) haveria maior compatibilidade entre teorias.²⁶

A imprescindibilidade de um pluralismo metodológico implica que não deve haver apenas um método em economia, mas muitos: todos devem ser utilizados quando reconhecidos como a melhor opção para resolução de um problema, livres de dogmas. Caso isso aconteça de veras, as críticas, conclusões e novidades (através da proliferação de teorias) se espalhariam muito mais rapidamente, aumentando a capacidade descritiva e preditiva da ciência. Em especial, contribuiria para que a interdisciplinaridade pudesse tornar-se realidade também em economia. A crítica livre de dogmas proporciona o aumento da comunicação entre os economistas das mais diversas linhas de pensamento, acrescentando muito mais valor às críticas.

Outros autores expuseram e trataram questões referentes ao pluralismo de forma propositiva como Paul Feyerabend e Hugh Lacey, com enfoque no pluralismo metodológico. Também Sheila Dow, com sua proposta de um pluralismo estruturado e, muito antes do que ela, Wilhelm Dilthey, vão na mesma direção, ao defender o que é conhecido como ‘epistemologia da diferença’ para as ciências sociais e humanas.²⁷

Em linhas gerais, é importante reiterar que a prática do pluralismo está muito relacionada a um compromisso ético por parte dos economistas, e à reformulação do modo de pensar da comunidade científica em prol de um posicionamento mais aberto, menos dogmático, com amplo acesso às novas teorias e fecundo em novos programas de pesquisa. É importante considerar que, dada a realidade complexa da economia, cada teoria é capaz de lançar luz sobre uma parcela da realidade, mas trata-la em sua totalidade exige integrar diversas perspectivas. A maior completude da compreensão resulta especificamente da composição que várias análises permitem ao serem consideradas juntas, de forma complementar ou às vezes antagônica, mas sempre por meio de um debate mais enriquecedor e dinâmico.

²⁶ Como exemplificado por Bianchi (1992, p. 140): “entender os austríacos em seus próprios termos evita que os debates se tornem meramente semânticos e ajuda austríacos e não-austríacos a fundamentarem melhor suas teorias”.

²⁷ Vale abrir aqui um breve parêntesis para enumerar as críticas mais comuns feitas à ideia de pluralismo em economia. Essas críticas postulam que: i) o pluralismo ocasiona uma anarquia metodológica; ii) o pluralismo não consegue distinguir as boas teorias das ruins; iii) o pluralismo não consegue se estabelecer e por isso não passa de uma “posição interina.” Este trabalho não tratará cada uma destas críticas em específico por duas razões: primeiro, mesmo que de forma breve, porque acreditamos que tais críticas já foram refutadas no próprio contexto maior da análise apresentada no presente trabalho; segundo porque esse não é o objetivo principal deste trabalho, dadas as suas limitações; uma abordagem pontual fica para outros desenvolvimentos teóricos. Alguns comentários sobre estas questões encontram-se em Fernández (2011).

Alguns dos autores pluralistas insistem em que o pluralismo não pode ser visto como um tipo de *anarquismo metodológico*, nem reflete uma postura do tipo meramente relativista. O que se propõe é uma atitude mais aberta e crítica, voltada para tornar a práxis do pensar (e, atendendo ao apelo do MPEPA, ensinar) economia de modo pluralista, fazendo disso hábito e postura ética enriquecedora. Como sugerido por Fernandez (2011, p. 150), tal postura levaria “ao surgimento de uma ciência econômica melhor e mais útil do que a que existe hoje.” Na mesma linha, argumenta Borba (2013, p. 61): “Pensamos que é hora do próprio empreendimento científico se questionar sobre seu discurso e prática. Os filósofos parecem estar muito avançados nesse campo. Resta agora aos economistas tomarem também consciência de seu tempo.”

Acredita-se que é imprescindível pensar numa posição mais pluralista como central para o enriquecimento da ciência econômica. Tal postura é ainda mais rica se considerar-se que seu escopo vai além de uma ciência social aplicada em particular, como a economia: há espaço para o pluralismo em mais áreas do conhecimento humano, como proposto por Fernandez (2011, p. 147):

Em realidade, a superioridade do pluralismo como atitude metodológica não é uma particularidade da economia. Em princípio, poderíamos pensar que a única atitude compatível com a defesa de uma sociedade democrática é permitir que diferentes vozes se manifestem, o que valeria para a ciência como conjunto e para cada uma de suas disciplinas em particular. Por isso, se não temos respostas 100% garantidas, o importante é deixar que todo mundo fale.

A posição desses autores é a mesma comungada pelo presente trabalho e, acredita-se, com os anseios manifestados por estudantes e professores alinhados ao MPEPA: a defesa de uma Ciência Econômica plural, não obstante as possíveis críticas sobre o pluralismo, traria benefícios, em termos de capacidade de entendimento dos fenômenos econômicos, que superam toda e qualquer eventual crítica. Mais ainda: dado o estágio atual, de profunda crítica ao *mainstream* econômico no pós-Crise de 2008, a ciência econômica precisa abrir-se para o novo momento, que é reclamado no Movimento é defendido por vários daqueles que se propõem um estudo epistemológico crítico do fazer ciência em economia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da crise vivida pela ciência econômica no após-crise financeira de 2008, e levando em conta as reflexões críticas trazidas no decorrer dos últimos anos por economistas, sociólogos e filósofos a respeito das limitações do fazer ciência em economia, este trabalho

buscou avaliar algumas das questões levantadas pelos proponentes do Movimento por uma Economia pós-Autista, no intuito de contribuir para as discussões na área de metodologia da economia e para dar atenção à necessidade de reformulação iminente dos currículos dos cursos de Ciências Econômicas. Além disso, buscou-se realizar uma crítica metodológica ao dogmatismo que se instaurou nesta ciência.

A ideia daqueles estudantes, comungada pelo presente trabalho, é a da abertura da ciência econômica a abordagens menos dogmatizadas, sem excessiva submissão a uma corrente única de pensamento, ganhando em caráter interdisciplinar e metodológico, imprescindíveis para o entendimento da complexidade das sociedades modernas. Essas são as linhas mestras do que foi solicitado pelos estudantes franceses e para a contextualização do desenvolvimento deste Movimento.

O ponto fundamental a respeito das reivindicações do MPEPA é por maior espaço a abordagens não *mainstream* em economia, particularmente no ensino e na pesquisa econômicos. Essa é uma reivindicação por maior pluralismo em economia, por maior abertura também à interdisciplinaridade. A ideia geral consiste na compreensão de que não há necessidade de que uma teoria/método seja tido como o único correto em detrimento dos outros, de forma que haja espaço para todos, cada qual lançando o seu feixe de luz possível na realidade. A partir de um *approach* pluralista, o dogmatismo cederia espaço ao diálogo e às críticas, capazes de impulsionar o desenvolvimento da ciência econômica. Com base na presente análise, acredita-se ter evidenciado a relevância e atualidade do Movimento por uma Economia pós-Autista, como uma luta válida para que a economia reencontre seu caminho como ciência social, capaz de compreender e explicar o mundo econômico real, dando um salto qualitativo para além do dogmatismo teórico que revelou-se hermético à realidade e particularmente inábil prever e remediar os efeitos dos piores cataclismas que podem ocorrer em sistemas econômicos, a exemplo da Crise de 2008.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. **A construção do conceito de incerteza:** uma comparação das contribuições de Knight, Keynes, Shackle e Davidson. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512011000200001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BEED, C. KANE, O. **What Is the Critique of the Mathematization of Economics?** *Kyklos*, v. 44, n. 4, p. 581-612, 1991.

BIANCHI, A. M. F. A. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2 (46), abr./jun. 1992.

BORBA, E. **O Pluralismo Enquanto Alternativa ao Monismo Metodológico na Economia**. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-do-eduardo-de-Borba.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

CALDWELL, B. **Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century**. London: Editora George Allen & Unwin, 1982.

CALDWELL, B. **Comments: varieties of pluralism**. In: SALANTI, A. SCREPANTI, E. *Pluralism in Economics: new perspectives in history and methodology*. Cheltenham: EAEPE & Edward Elgar, 1997.

CAVALIERI, M. A. R. Quanto evoluíram os evolucionários? Um ensaio pluralista sobre a maturidade de um programa de pesquisa em economia. **Pesquisa & Debate**, 2009.

CAVALIERI, M. A. R. Sobre os porquês do pluralismo em economia: aproximações de uma alternativa historicista. **Pesquisa & Debate**, v. 20, n. 1, p. 165-187, 2008.

COLANDER, D. The death of Neoclassical economics. **Journal of the History of Economic Thought**, 22, 2000, pp. 127-143.

DANZINGER, S.; VAN DER HAAG, J.; SMOLENSKY, E.; TAUSSIG, M. K. **The life cycle hypothesis and the consumption behavior of the elderly**. *Journal of Post Keynesian Economics*, 5, 1982-1983, pp. 224-6.

DAVIDSON, P. **Is economics a Science? Should economics be rigorous?** Disponível em: <[http://econ.utk.edu/documents/davidsonpapers/realworld%20econview\(2\).pdf](http://econ.utk.edu/documents/davidsonpapers/realworld%20econview(2).pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2015.

DAVIDSON, P., **Post Keynesian macroeconomic theory: a foundation for successful economic policies for the twenty-first century**. Cambridge: Edward Elgar, 1994.

DEQUECH, D. Neoclassical, Mainstream, Orthodox and Heterodox Economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, 30, 2007, p.p.279-302.

DILTHEY, W. **Introduction to the Human Sciences**. Edited by R. A. Makkreel & F. Rodi; trad. Michael Neville. New Jersey: Princeton University Press, 1989. (Selected Works, v. I).

DOW, S. **Heterodox Economics: A Common Challenge to Mainstream Economics?** In: *Macroeconomics and Macroeconomic Policies: Alternatives to the Orthodoxy* Conference, Berlin, 28-9 Setembro, 2005. Disponível em: <http://www.boeckler.de/pdf/v_2005_10_28_dow.pdf> Acesso em: 13/10/2015

DOW, S. Reorienting Economics: Some Epistemological Issues. **Journal of Economic Methodology**, 11 (3), 2004, 307-12.

DOW, S C 'Structured Pluralism', **Journal of Economic Methodology**, 11 (3), 2004, 275-90

FERNÁNDEZ, R.G. A metodologia como argumento a favor de uma economia pluralista. In: Guilhoto, Joaquim; Duarte, Pedro Garcia; Silber, Simão (Org.). *O Brasil e a ciência econômica em debate - Volume 2 - O estado da arte em economia*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 137-152.

FERRARI FILHO, F.; ARAÚJO, J. P, **Caos, Incerteza e teoria pós-keynesiana**, 2000. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_02.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FRIEDMAN, M. **The methodology of positive economics**. In: *Essays on positive economics*. Chicago University Press, 1966; pp. 3-16, 30-43.

FULLBROK, E. **The crisis in economics**. Kentucky: Editora Routledge, 2003.

FULLBROK, E. "Introduction". In FULLBROK, E. (org), **Pluralist Economics**. London & New York: Zed Books, 2008.

HALDANE, A. **The Dog and the Frisbee**. Federal Reserve Bank of Kansas City's 36th Economic Policy Symposium - "The Changing Policy Landscape", Jackson Hole, Wyoming, Estados Unidos da América, August, 2012. Bank of England Speeches and Archives, 2012. Disponível em <http://www.bankofengland.co.uk/publications/Documents/speeches/2012/speech596.pdf>
Acesso em: 02 de março de 2016

INGRAO, B. & ISRAEL, G **The Invisible Hand** – Economic Equilibrium in History of Science. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes, Vol VII. Donald Moggridge (Ed.). Cambridge: Macmillan/Cambridge University Press, 1936.

KEYNES, J. N. **The scope and Method of Political Economy**, Nova York: University Press, 1917.

KMENTA, J. **Elements of econometrics**. 2nd ed. University of Michigan Press, 1997.

KNIGHT, Frank H., **Risk, Uncertainty and Profit**. Boston (MA): Hart, Schaffner & Marx, 1921.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LACEY, Hugh. **Is science value free?** Values and scientific understanding. Londres: Editora Routledge, 1999.

LAWSON, T. **Reorienting Economics (Economics as Social Theory)**. Kentucky: Editora Routledge, 2003.

LUCAS, R. E. **Studies in business cycle theory**. Massachusetts: The MIT Press. 1981.

LUCAS, R. E.; SARGENT, T. J, **Rational Expectations of Econometric Practices** University of Minnesota Press, 1981, pp. xi-xii.

LUPERI, M. M. S. The general equilibrium theory as economic metatheory. **Brazilian Journal of Political Economy**, 30, 2015, pp.306-24

LUPERI, M. M. S. **Três Ensaio Críticos Sobre o Processo de Matematização da Economia no Brasil e no Mundo**. Tese de Doutorado em Economia, FGV/EESP, 2012.

LUPERI, M. M. S.; FERNANDEZ, R. G. **Os impactos da crise na física e na matemática do início do século XX sobre o discurso econômico contemporâneo**. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis, 2014.

MCCLOSKEY, D. N. Three Books of Oomph. **Eastern Economic Journal**, v. 27, n. 1, p. 115-118, 2001.

MIROWSKI, P. The When, the How and the Why of Mathematical Expression in the History of Economic Analysis. **Journal of Economic Perspectives**, 5(1), 1991, pp. 145-157.

PAECON. Disponível em: <<https://www.paecon.net/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SAMUELSON, P. **What classical and neoclassical theory really was**. In CLOWER, R. W (ed.). **Monetary theory**. London: Penguin, 1969, p. 184-5.

SAMUELSON, P. **Foundations of economic analysis**. Boston: Harvard University Press, 1947 (Enlarged ed., 1983).

TOSSATO, C. R. **Incomensurabilidade, comparabilidade e objetividade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ss/v10n3/04.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2011.

VASCONCELOS, D. S. Minsky on “Big Government”. **Brazilian Journal of Political Economy**, v.34, n. 1 (134), jan./mar. 2014.

VASCONCELOS, D. S. **Regulação bancária, liquidez e crise financeira: uma análise da proposta de liquidez em Basileia III**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

WEINTRAUB, E. R. **How Economics Became a Mathematical Science**. Durham and London; Duke University Press, 2002.

WOO, H. K. H. **What’s Wrong with Formalization in Economics – An Epistemological Critique**. Victoria Press, 1986.